

Para FHC, abertura avança lentamente no País

No encerramento da reunião do Mercosul, presidente vê obstáculos legais para a liberalização do setor de serviços, como o financeiro

Monica Yanakiew
de Assunção

O presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu ontem, diante dos chefes de Estado de cinco países do Cone Sul, que o Brasil tem avançado lentamente em seu processo de abertura econômica e que empecilhos legislativos impossibilitam o livre acesso a novos mercados, como o de serviços. “Não conseguimos realizar as reformas com a velocidade que queremos”, acrescentou, citando a falta de regulamentação do artigo 192 da Constituição, como um exemplo de obstáculo à liberalização do setor de serviços financeiros.

Em compensação — lembrou o presidente — a Câmara de Deputados acaba de aprovar a Lei Geral das Telecomunicações, estabelecendo as regras para

a privatização das empresas estatais de telecomunicações e limitando a atuação de um “Estado burocrático, clientelista e controlador”.

O discurso improvisado de Fernando Henrique — o último dos presidentes a falar na reunião, em Assunção, que encerrou os seis meses de presidência pró-tempore paraguaia do Mercosul — foi uma resposta aos pleitos dos demais chefes de Estado. Todos bateram numa mesma tecla: a ne-

cessidade de avançar no processo de integração regional, para evitar a diluição do bloco econômico em 2005, quando for criada uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), abrangendo 34 países do continente americano.

O mais enfático foi o presidente da Argentina, Carlos Menem, que insistiu na necessidade de abordar novas áreas de integração econômica, além do comércio de bens e mercadorias. E citou como prioridades serviços, compras governamentais e políticas públicas que afetam a competitividade.

“Nosso país já concretizou uma abertura do mercado de serviços, que beneficiou os fornecedores do Mercosul”, disse Menem. “Esperamos que os demais sócios façam o esforço possível para

equiparar seu nível de abertura ao nosso.” Os argentinos calculam que os serviços representam hoje mais da metade de sua economia e que o valor de compras governamentais nos quatro países do Mercosul chega a US\$ 70 bilhões.

O presidente do Chile, Eduardo Frei, também mencionou, como uma das limitações na relação de seu país com o Mercosul, a falta de uma política de abertura na área de serviços. Os chilenos e os

bolivianos têm acordos bilaterais com a união aduaneira para a criação de zonas de livre comércio.

Frei também citou o interesse de seu país em avançar, com os demais, na integração de “de uma rede de vias terrestres e aéreas, de portos e de obras de infra-estrutura e complementação energética”. E, tal qual os argentinos, apontou para a necessidade de adoção de uma política de investimentos comum. Tanto o secretário-geral do Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID), Enrique Iglesias, quanto o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Renato Ruggiero, elogiaram os esforços do Mercosul na liberalização econômica que — segundo ambos — contribui para o processo mundial de abertura de mercados.

Mas o comércio não foi a única preocupação da reunião. Tanto Frei quanto o presidente do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, ressaltaram a importância da dimensão social do bloco regional. Segundo

Wasmosy, os governos do Mercosul precisam parar para avaliar se conseguiram transmitir a seus eleitores qual a importância da união aduaneira e como as decisões tomadas até hoje e no futuro afetarão o dia-a-dia dos cidadãos. “Será que não dedicamos demasiado tempo às questões aduaneiras e pouco tempo a aspectos vitais como a livre circulação da força de trabalho, que permitiria aos cidadãos de nossos países serem também cidadãos do Mercosul?” perguntou.

Entidades trabalhistas do Mercosul concluíram sua reunião paralela em Assunção. Eles entregaram um manifesto pedindo a livre circulação de mão-de-obra e a aprovação de um acordo multilateral de Previdência Social. Mas também denunciaram “políticas antisindical e antisocial, que chegaram aos limites mais selvagens, com a morte de companheiros na Argentina, dos Sem-Terra no Brasil, e dos camponeses no Paraguai e na Bolívia”.



Fernando Henrique Cardoso